

# Direito ao Parto Seguro

Nos últimos tempos, a sociedade tem sido bombardeada com informações comprometidas ideologicamente, que induzem a erros de interpretação. É o caso da disseminação do termo “violência obstétrica”, que vem prejudicando a atividade médica, pautada por princípios éticos e, acima de tudo, pelo compromisso com a vida.

O próprio Ministério da Saúde, em nota oficial, declarou que o termo tem conotação inadequada, visto que ‘violência’ trata-se de um ato intencional para causar dor ou mesmo a morte de alguém, o que não se aplica ao procedimento médico. O Ministério expressa claramente que a palavra violência “não agrega valor e prejudica a busca do cuidado humanizado *no continuum* gestação-parto-puerpério. O Ministério da Saúde pauta todas as suas recomendações pela melhor evidência científica disponível, guiadas pelos princípios legais, pelos princípios éticos fundamentais, pela humanização do cuidado e pelos princípios conceituais e organizacionais do Sistema Único da Saúde”.

Este é também o entendimento do Sindicato dos Médicos do Piauí, que não aceita a expressão, considerada abusiva, por entender que o obstetra é formado dentro de princípios éticos e evidências cien-

tíficas para salvar a vida da mãe e do bebê. Quando opta por realizar algum procedimento invasivo, que foge à rotina do parto normal, é levado exclusivamente pelo conhecimento técnico de que aquela alternativa é a única possível para resguardar a saúde da gestante e do feto. Para isso, se vale do conhecimento e prática acumulados ao longo de seis anos de graduação

e mais três de residência médica, sempre acompanhando os avanços da medicina.

O presidente do Simepi, médico Samuel Rego, é enfático ao denunciar que está havendo uma invasão na medicina por parte de outras categorias, muitas vezes levando à judicialização de atos que são de conhecimento restrito ao profis-



sional de saúde. “Não aceitamos, de forma alguma, que se coloque o médico como criminoso. Algumas vezes, o obstetra é obrigado a realizar algum ato indesejável para evitar um mal maior, mas tudo embasado cientificamente”. E lembra que o próprio código de ética médica veda qualquer conduta de prática de tortura. “Os médicos trabalham pelo bem-estar e segurança da mãe e do bebê e, portanto, não podem rejeitar uma prática menos confortável quando a segurança de um dos dois está em risco”, argumenta.

A diretora do Simepi, Lúcia Santos, que também é obstetra, repudia veementemente o uso da palavra violência para se referir a um ato médico. “Não se pode criminalizar e tipificar a conduta de profissionais que estudaram e se qualificaram para prestar a melhor assistência. O que estão conseguindo com isso é afastar os profissionais da especialidade, que vivem sob constante ameaça”, diz.

Para ela, a sociedade deve lutar é por melhor estrutura nas maternidades públicas porque, segundo relata, muitas vezes o médico trabalha sozinho no interior, sem estrutura adequada para socorrer uma gestante com gravidez de risco e, quando essa mulher chega à Maternidade Dona Evangelina Rosa, já vem em situação gravíssima, sem chance de sobrevivência. “A medicina evoluiu muito e não podemos abrir mão desse conhecimento acumulado para apostar no amadorismo”, completa. E vai mais longe, ao dizer que “é graças à competência e ao conhecimento dos médicos que o Piauí se tornou conhecido como um polo de saúde que é referência no Norte e Nordeste.”

Em setembro do ano passado, o Simepi realizou o Fórum sobre a Situação Atual da Assistência Obstétrica no Piauí, no qual o chefe da clínica obstétrica da Universidade Federal do Piauí, Dr. Arimatea dos Santos Júnior, falou sobre a impropriedade da expressão violência obstétrica. “Esse é um termo pejorativo que transfere para os médicos

**Não  
aceitamos,  
de forma  
alguma, que  
se coloque  
o médico  
como  
criminoso.**

Samuel Rego,  
presidente do Simepi.

os problemas da falta de gestão e de estrutura nas maternidades. A violência é do gestor, quando ele não disponibiliza vagas nos leitos das maternidades”, alertou, ressaltando que cerca de 80% das pacientes que chegam à UTI da Maternidade Dona Evangelina Rosa apresentam um pré-natal de baixo risco, o que significa que não estão classificando as pacientes corretamente.

Dr. Arimatea Santos Júnior esclarece que para ter um parto seguro, um direito de todas as mães, elas precisam de uma assistência de pré-natal adequada, assim como assistência ambulatorial. “O que nós estamos precisando é de equipes treinadas e maternidades aparelhadas. Por exemplo, por lei, a paciente tem direito a um acompanhante durante o parto, mas isso não é cumprido integralmente por falta de espaço nas maternidades”, alerta.



foto Roberta Aline